



## **DOCUMENTOS DE PREVENÇÃO DE RISCOS PROFISSIONAIS NA CONSTRUÇÃO NA TRANSPOSIÇÃO DAS DIRETIVAS COMUNITÁRIAS PARA PORTUGAL**

**Susana Sousa<sup>1</sup>**

**José M. Cardoso Teixeira<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

A Diretiva Comunitária nº 92/57/CEE (Diretiva Estaleiros Temporários ou Móveis) foi transposta pela generalidade dos países europeus nos anos seguintes ao da sua publicação. Se bem que o documento de base para a transposição seja o mesmo, cada país europeu teve necessidade de o adaptar à sua realidade legislativa, durante o processo de transposição, observando-se, hoje em dia, algumas diferenças entre os instrumentos legais em vigor nos diversos países.

Em Portugal, a transposição da Diretiva teve lugar em 1995, mas o instrumento legal atualmente em vigor data de 2003 (Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro). O diploma estipula quatro documentos essenciais de prevenção dos riscos profissionais em estaleiros de construção: – o plano de segurança e saúde, a comunicação prévia, as fichas de procedimentos de segurança e a compilação técnica – e introduz novos intervenientes no processo da construção – os coordenadores de segurança e saúde – explicitando as suas funções e obrigações.

A rede temática CYTED tem permitido observar as diferenças de abordagens da prevenção de riscos profissionais em países ibero-americanos e identificar as suas melhores práticas no sentido do usufruto comum. Ao mesmo tempo, revelou algumas especificidades interessantes da prática de cada país da rede, que importa partilhar e refletir. Esta comunicação apresenta algumas especificidades da prática Portuguesa que se analisam sumariamente: a adoção de um só documento de prevenção de riscos profissionais da fase de construção, transversal a todo o processo construtivo; a sua simplificação por fichas de utilização mais prática, quando estão em causa pequenos trabalhos tipificados; a constituição de um documento de prevenção para a fase de utilização do empreendimento construído, da responsabilidade do dono da obra.

**Palavras-chave:** Prevenção de riscos profissionais na Construção

---

<sup>1</sup> JCT- Consultores de Engenharia, Lda, Porto, Portugal (susanasousa@jct.pt)

<sup>2</sup> Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho, Guimarães, Portugal (jct@civil.uminho.pt)

## **ABSTRACT**

The Community Directive No. 92/57/EEC (Temporary or Mobile sites Directive) has been implemented by most European countries in the years following its publication. While the basic document for the implementation is the same, each European country had to adapt it to its legislative reality, during the transposition process; therefore, various differences between the legal instruments in force in different countries may be observed, nowadays. In Portugal, the transposition of the Directive took place in 1995, but the legal instrument currently in force dates from 2003 (Decree-Law No. 273/2003 of 29 October). The law stipulates four essential documents for the prevention of occupational risks on construction sites: - the health and safety plan, the prior notice, the safety procedures and technical file - and introduces new actors in the construction process - health and safety coordinators - explaining their duties and obligations.

The thematic network CYTED has allowed to observe differences between the approaches followed in Ibero-American countries for occupational risk prevention and identified their best practices for mutual benefit. At the same time, it revealed some interesting specifics in the practices of each country in the network, that it is interesting to share and reflect. This paper presents some specificities of Portuguese practice that are briefly analysed: the adoption of a single document for occupational risks prevention of in construction, across the whole construction process; the simplification of this document through more easy to use forms usable for smaller works; the creation of a document to prevent the utilization phase of the project under the responsibility of the developer.

**Keywords:** Prevention of occupational risks in construction

## **INTRODUÇÃO**

A Diretiva Comunitária nº 92/57/CEE (Diretiva Estaleiros Temporários ou Móveis) é a oitava diretiva especial decorrente da publicação da Diretiva Quadro da Segurança e Saúde no Trabalho (Diretiva Comunitária nº 89/391/CEE). A Diretiva foi transposta para a generalidade dos Estados Membros da União Europeia nos anos seguintes à sua publicação. Em cada Estado Membro, o processo de transposição implicou a adaptação do texto original da Diretiva às especificidades da legislação própria. Assim sucedeu em Portugal, em 1995 e, mais recentemente, através do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

Este diploma estipula os documentos essenciais de prevenção dos riscos profissionais em estaleiros de construção – o Plano de Segurança e Saúde, a Comunicação Prévia, as Fichas de Procedimentos de Segurança e a Compilação Técnica – e introduz dois novos intervenientes no processo da construção, nomeados pelo Dono de Obra – os Coordenadores de Segurança e Saúde – explicitando as suas funções e obrigações.

Relativamente à fase de conceção dos projetos, o referido diploma explicita na alínea b) do seu artigo 3º:

“Coordenador em matéria de segurança e saúde durante a elaboração do projecto da obra” ou, abreviadamente, coordenador de segurança em projeto, é “a pessoa singular ou colectiva que executa, durante a elaboração do projecto, as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas” neste diploma, “podendo também participar na preparação do processo de negociação da empreitada e de outros actos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho”.

Relativamente à fase de implementação ou de construção, o diploma explicita na alínea c) do mesmo artigo:

“Coordenador em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra” ou, abreviadamente coordenador de segurança em obra, é “a pessoa singular ou colectiva que executa, durante a realização da obra, as tarefas de coordenação em matéria de segurança e saúde previstas” neste diploma.

Analisa-se, nos parágrafos seguintes, as condições de obrigatoriedade de elaboração dos documentos referidos, o respetivo conteúdo e a quem compete essa elaboração.

## **PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**

O Plano de Segurança e Saúde (PSS) é um documento de elaboração obrigatória em obras sujeitas a projeto e que envolvam trabalhos que impliquem riscos especiais ou obriguem a Comunicação Prévia da abertura do estaleiro. De acordo com a legislação portuguesa, o PSS é um documento dinâmico, cuja elaboração se inicia na fase de conceção, e se prolonga durante a fase de construção. Compete ao coordenador de segurança em projeto elaborar o PSS em projeto ou, se o mesmo for elaborado por outra pessoa designada pelo dono da obra, proceder à sua validação técnica

Quanto ao conteúdo, vem definido no diploma de transposição (Decreto-Lei n.º 273/2003). Os Quadros 1 e 2 reportam os conteúdos do texto regulamentar.

### Quadro 1: Elementos de suporte para a realização do PSS (número 1 do artigo 6º)

1. O plano de segurança e saúde em projecto deve ter como suporte as definições do projeto da obra e as demais condições estabelecidas para a execução da obra que sejam relevantes para o planeamento da prevenção dos riscos profissionais, nomeadamente:

- a) O tipo da edificação, o uso previsto, as opções arquitectónicas, as definições estruturais e das demais especialidades, as soluções técnicas preconizadas, os produtos e materiais a utilizar, devendo ainda incluir as peças escritas e desenhadas dos projetos, relevantes para a prevenção de riscos profissionais;
- b) As características geológicas, hidrológicas e geotécnicas do terreno, as redes técnicas aéreas ou subterrâneas, as atividades que eventualmente decorram no local ou na sua proximidade e outros elementos envolventes que possam ter implicações na execução dos trabalhos;
- c) As especificações sobre a organização e programação da execução da obra, a incluir no concurso da empreitada;
- d) As especificações sobre o desenvolvimento do plano de segurança e saúde quando várias entidades executantes realizam partes da obra.

### Quadro 2: Aspetos a contemplar no PSS (número 2 do artigo 6º)

2. O plano de segurança e saúde deve concretizar os riscos evidenciados e as medidas preventivas a adotar, tendo nomeadamente em consideração os seguintes aspetos:

- a) Os tipos de trabalho a executar;
- b) A gestão da segurança e saúde no estaleiro, especificando os domínios da responsabilidade de cada interveniente;
- c) As metodologias relativas aos processos construtivos, bem como os materiais e produtos que sejam definidos no projeto ou no caderno de encargos;
- d) Fases da obra e programação da execução dos diversos trabalhos;
- e) Riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores [referidos no artigo 7º do diploma];
- f) Aspetos a observar na gestão e organização do estaleiro de apoio [de acordo com o anexo I do diploma].

Não há um modelo pré-estabelecido para o PSS em projeto, adotando, cada coordenador de segurança, o que mais lhe convier, logo que responda ao conteúdo mínimo regulamentarmente imposto. O Quadro 3 apresenta uma proposta de organização dos capítulos do PSS.

O PSS em projeto destina-se a ser desenvolvido e especificado pela(s) entidade(s) executante(s), de modo a complementar as medidas previstas na fase de projeto, de maneira a constituir o PSS para a execução da obra. A estrutura do PSS para a execução da obra vem especificada no anexo II do Decreto-Lei n.º 273/2003 (Quadro 4).

O desenvolvimento e as alterações do PSS referido no parágrafo anterior devem ser validados tecnicamente pelo coordenador de segurança em obra e aprovados pelo dono da obra, passando a integrar o PSS para a execução da obra.

### Quadro 3: Modelo de organização do PSS

#### Capítulos do Plano de Segurança e Saúde em Projeto

1. Introdução
2. Legislação aplicável
3. Características do projeto e da execução da obra
4. Organização da segurança em obra
5. Avaliação de riscos e medidas preventivas
6. Gestão da segurança e saúde na obra
7. Riscos especiais
8. Desenvolvimento do PSS para a execução da obra

#### Anexos

### Quadro 4: Estrutura do PSS para a realização da obra (Anexo II do DL 273/2003)

1. Avaliação e hierarquização dos riscos reportados ao processo construtivo
2. Projeto do estaleiro.
3. Requisitos de segurança e saúde segundo os quais devem decorrer os trabalhos.
4. Cronograma detalhado dos trabalhos.
5. Condicionantes à selecção de subempreiteiros, trabalhadores independentes, fornecedores de materiais e equipamentos de trabalho.
6. Diretrizes da entidade executante relativamente aos subempreiteiros e trabalhadores independentes com actividade no estaleiro em matéria de prevenção de riscos profissionais.
7. Meios para assegurar a cooperação entre os vários intervenientes na obra, tendo presentes os requisitos de segurança e saúde estabelecidos.
8. Sistema de gestão de informação e comunicação entre todos os intervenientes no estaleiro em matéria de prevenção de riscos profissionais.
9. Sistemas de informação e de formação de todos os trabalhadores presentes no estaleiro, em matéria de prevenção de riscos profissionais.
10. Procedimentos de emergência, incluindo medidas de socorro e evacuação.
11. Sistema de comunicação da ocorrência de acidentes e incidentes no estaleiro.
12. Sistema de transmissão de informação ao coordenador de segurança em obra para a elaboração da compilação técnica da obra.
- 13- Instalações sociais para o pessoal empregado na obra, de acordo com as exigências legais, nomeadamente dormitórios, balneários, vestiários, instalações sanitárias e refeitórios.

## FICHAS DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

De com Decreto-Lei n.º 273/2003, sempre que se trate de trabalhos em que não seja obrigatório o PSS, mas que impliquem riscos especiais, a entidade executante deve elaborar Fichas de Procedimentos de Segurança para os trabalhos que comportem tais riscos e assegurar que os trabalhadores intervenientes na obra tenham conhecimento das mesmas”. O conteúdo das fichas de procedimento de segurança vem especificado no diploma (Quadro 5).

Quadro 5: Conteúdo das Fichas de Procedimentos de Segurança (número 2 do artigo 14º)

As fichas de procedimentos de segurança devem conter os seguintes elementos

- a) A identificação, caracterização e duração da obra;
- b) A identificação dos intervenientes no estaleiro que sejam relevantes para os trabalhos em causa;
- c) As medidas de prevenção a adoptar tendo em conta os trabalhos a realizar e os respectivos riscos;
- d) As informações sobre as condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, nomeadamente as características geológicas, hidrológicas e geotécnicas do terreno, as redes técnicas aéreas ou subterrâneas e as actividades que eventualmente decorram no local que possam ter implicações na prevenção de riscos profissionais associados à execução dos trabalhos;
- e) Os procedimentos a adotar em situações de emergência.

Compete ao coordenador de segurança em obra analisar a adequação das Fichas de Procedimentos de Segurança e propor à entidade executante as alterações julgadas (número 3 do artigo 14º).

## COMUNICAÇÃO PRÉVIA

A Comunicação Prévia da abertura do estaleiro é obrigatória na grande maioria das obras com algum significado, porque basta que envolvam um prazo total superior a 30 dias e, em qualquer momento, a utilização simultânea de mais de 20 trabalhadores, ou um total de mais de 500 dias de trabalho, correspondente ao somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores” (Decreto-Lei nº 273/2003). Os Quadros 6 e 7 referem-se ao conteúdo e aos documentos que devem acompanhar a Comunicação Prévia, de acordo com o diploma.

#### Quadro 6: Conteúdo da Comunicação Prévia (número 2 do artigo 15º)

A comunicação prévia...deve ser datada, assinada e indicar:

- a) O endereço completo do estaleiro;
- b) A natureza e a utilização previstas para a obra;
- c) O dono da obra, o autor ou autores do projeto e a entidade executante, bem como os respectivos domicílios ou sedes;
- d) O fiscal ou fiscais da obra, o coordenador de segurança em projeto e o coordenador de segurança em obra, bem como os respetivos domicílios;
- e) O diretor técnico da empreitada e o representante da entidade executante, se for nomeado para permanecer no estaleiro durante a execução da obra, bem como os respetivos domicílios, no caso de empreitada de obra pública;
- f) O responsável pela direção técnica da obra e o respetivo domicílio, no caso de obra particular;
- g) As datas previstas para início e termo dos trabalhos no estaleiro;
- h) A estimativa do número máximo de trabalhadores por conta de outrem e independentes que estarão presentes em simultâneo no estaleiro, ou do somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores...;
- i) A estimativa do número de empresas e de trabalhadores independentes a operar no estaleiro;
- j) A identificação dos subempreiteiros já selecionados.

#### Quadro 7: Elementos que devem acompanhar a Comunicação Prévia (número 3 do artigo 15º)

A comunicação prévia deve ser acompanhada de:

- a) Declaração do autor ou autores do projeto e do coordenador de segurança em projecto, identificando a obra;
- b) Declarações da entidade executante, do coordenador de segurança em obra, do fiscal ou fiscais da obra, do diretor técnico da empreitada, do representante da entidade executante e do responsável pela direcção técnica da obra, identificando o estaleiro e as datas previstas para início e termo dos trabalhos.

### COMPILAÇÃO TÉCNICA

Tendo em vista a utilização futura do empreendimento bem assim como a realização de trabalhos posteriores à conclusão das obras, no sentido de preservar a segurança de quem os executar, o dono da obra deve elaborar ou mandar elaborar uma Compilação Técnica. O conteúdo da Compilação Técnica vem especificado no Decreto-Lei n.º 273/2003, conforme se mostra no Quadro 8.

## Quadro 8: Elementos a incluir na Compilação Técnica (número 2do artigo 16)

- a) Identificação completa do dono da obra, do autor ou autores do projecto, dos coordenadores de segurança em projecto e em obra, da entidade executante, bem como de subempreiteiros ou trabalhadores independentes cujas intervenções sejam relevantes nas características da mesma;
- b) Informações técnicas relativas ao projecto geral e aos projectos das diversas especialidades, incluindo as memórias descritivas, projecto de execução e telas finais, que refiram os aspectos estruturais, as redes técnicas e os sistemas e materiais utilizados que sejam relevantes para a prevenção de riscos profissionais;
- c) Informações técnicas respeitantes aos equipamentos instalados que sejam relevantes para a prevenção dos riscos da sua utilização, conservação e manutenção;
- d) Informações úteis para a planificação da segurança e saúde na realização de trabalhos em locais da obra edificada cujo acesso e circulação apresentem riscos.

Em intervenções posteriores que não consistam na conservação, reparação, limpeza da obra, ou outras que afectem as suas características e as condições de execução de trabalhos ulteriores, o dono da obra deve assegurar que a Compilação Técnica seja atualizada com os elementos relevantes.

## CONCLUSÕES

A transposição da Diretiva Estaleiros Temporários ou Móveis para os diversos Estados Membros da União Europeia implicou a sua adaptação à jurisdição de cada Estado. Por isso, existem, hoje em dia, diferenças entre os Estados Membros no que concerne à legislação de segurança e saúde aplicável em obras de construção. A transposição que Portugal efetuou tem algumas singularidades que não foram seguidas noutros Estados Membros, nomeadamente:

- A consideração de apenas um PSS ao longo de todo o processo de construção (incluindo a fase de projeto e a fase de construção), embora prevendo a adaptação à obra, pelas entidades executantes, do documento inicialmente desenvolvido na fase de projecto.
- A possibilidade de substituir o PSS por Fichas de Procedimentos de Segurança, nos casos de intervenções de construção mais simples, no sentido de evitar a banalização do PSS, como sucedeu aquando da primeira transposição, em 1995.
- A introdução da Compilação Técnica que funciona como documento de referência para a prevenção de riscos profissionais nas intervenções de construção posteriores à conclusão. Pela sua natureza, é um documento dinâmico que deverá ser atualizado sempre que essas intervenções impliquem alterações às características da obra.

O trabalho desenvolvido pela equipa da rede temática CYTED permitiu sistematizar a elaboração do PSS em projeto e em obra, de acordo com os regimes jurídicos em vigor em Portugal e Espanha, respetivamente. Esse trabalho será objeto de uma publicação detalhada que se encontra atualmente em fase de preparação.



## **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CEE (1992): Diretiva nº 92/57/CEE (Diretiva Estaleiros Temporários ou Móveis)

CEE (1989): Diretiva nº 89/391/CEE (Diretiva Quadro)

Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro. República Portuguesa